

APUBHUFMG+
SINDICATO DOS PROFESSORES

Não é Reforma, é Demolição

Todo(a)s à Marcha em Brasília, em 29/10

As propostas legislativas da “Reforma”

— — —

PEC da “Reforma”*: modificação de mais de 40 artigos da CF/1988, especialmente o Art. 37; ataques às carreiras, aos salários e ao RJU.

Projeto de lei complementar: ataques ao orçamento dos serviços públicos e à estabilidade do(a)s servidore(a)s.

Projeto de lei ordinária: ataques aos concursos públicos e generalização da precariedade.

Abrangente e estruturante: atinge as três esferas da federação, rompendo o pacto federativo.

** Acesse nos links os textos das propostas legislativas*

Porque é uma demolição* do serviço público

— — —

1. Ameaça à estabilidade: regulamentação do Art. 41 da CF/88.
2. Avaliação de desempenho subordinada a acordo de resultados.
3. Retorno do teto de gastos para a Constituição.
4. Congelamento de vencimentos e adicionais por meio de uma tabela salarial única.
5. Achatamento salarial.
6. Alongamento do tempo de evolução na carreira.

* Acesse o [texto](#) que referencia os argumentos da demolição.

Porque é demolição do serviço público

7. Bônus de produtividade no lugar de recomposição salarial.
8. Adicionais de insalubridade/periculosidade condicionados a prova pericial de habitualidade e permanência.
9. Progressão e a promoção na carreira com base em avaliação de desempenho orientada por acordo de resultados.
10. Avaliação de desempenho progressivamente mais complexa para níveis superiores da carreira.

Porque é uma demolição do serviço público

— — —

11. Contratação para níveis específicos da carreira sem entrada obrigatória no primeiro nível.
12. Centralização em órgãos auxiliares (SINAP e COPAR), de toda a política de pessoal.
13. realização de concurso onde somente não for possível terceirizar.

* Acesse [nota](#) com uma síntese dos impactos da “reforma”.

O imperativo da mobilização

Por isso, a importância de fortalecermos a grande Marcha do Serviço Público contra a Reforma Administrativa, em Brasília, em 29/10.

Estamos diante de mais um ataque que intensifica a precarização e desvalorização do serviço público para, progressivamente, conferir ao Estado apenas o papel de subsidiário do serviço público.